

## **(Re)pensando a História a partir da Literatura: *Meu querido canibal*, de Antônio Torres**

**Resumo:** O presente artigo analisa a articulação entre discurso historiográfico e discurso literário feita por Antônio Torres em *Meu querido canibal* (2000). Nesse romance, o autor resgata a figura de Cunhambebe, líder indígena da Confederação dos Tamoios, ao mesmo tempo em que denuncia aspectos nada heroicos de personagens consagradas pela história oficial. Ao “canibalizar” o discurso histórico, Torres desconstrói estereótipos e leva o leitor a refletir sobre o Brasil colonial e contemporâneo.

**Palavras-chave:** literatura e história; alteridade; identidades.

**Abstract:** This paper presents an analysis of Antonio Torres’s articulation of the historiographical and the literary discourses in *Meu Querido Canibal* (2000). In this novel, the author both recovers the story of Cunhambebe, an indigenous leader from the Tamoios Confederation, and reveals some less than heroic aspects of well-known official historical characters. By “cannibalizing” the historical discourse, Torres deconstructs stereotypes and allows the reader to re-think about the colonial and the contemporary Brazil.

**Keywords:** literature and history; alterity; identities

### **1. Introdução**

Em sua análise dos múltiplos desdobramentos epistemológicos ocorridos nas últimas décadas, Rita Terezinha Schmidt observa um “deslocamento substancial da definição de literatura como arte ou objeto estético para a noção de literatura como produção estético-escritural” e sublinha que, contemporaneamente, “aprofundam-se questões sobre a relação da literatura com representações culturais, com modos de subjetivação e com a constituição de identidades” (SCHMIDT, 2008, p. 127-129). Na mesma perspectiva, Roberto Da Matta considera a obra literária como um texto decorrente de uma matriz cultural, um discurs-

so de natureza etnográfica, e ressalta a especificidade do contexto brasileiro: “[...] se o texto literário ‘contava’ uma sociedade, no caso brasileiro, no qual eram poucos os estudos especificamente sociológicos da sociedade como tal, o texto literário de fato fazia falar a sociedade” (DAMATTA, 1993, p. 49).

Para além daquilo que a literatura fala, também o que ela cala é revelador das características da sociedade a que se relaciona. No que tange à literatura brasileira contemporânea, Regina Dalcastagnè (2008), que estuda as relações interétnicas e interroga-se sobre o papel e o lugar reservado aos negros em 258 romances brasileiros publicados pelas editoras Companhia das Letras, Record e Rocco, entre 1993 e 2008, constata sua posição minoritária e marginal face aos narradores e protagonistas “brancos”. Os resultados estatísticos dessa pesquisa são extremamente significativos também no tangente aos indígenas, que representam apenas 1,5% dos protagonistas.

Publicado pela editora Rocco em 2000, no ano das “comemorações” do assim chamado “Descobrimento do Brasil”, o romance **Meu querido canibal**, de Antônio Torres (1940-), tem como protagonista Cunhambebe, guerreiro tupinambá que foi o primeiro líder da Confederação dos Tamoios – congregação de vários povos indígenas que, durante mais de dez anos (1554-1567), resistiram ferrenhamente ao invasor português. Já que, para Antônio Torres, “o[s] romance[s] conta[m] a história secreta das sociedades” (SELJAN, 20006), que relações o autor estabelece entre literatura e história em *Meu querido canibal*? Que aspectos de Cunhambebe são trazidos ao leitor do século XXI? Como são apresentados os heróis da história “oficial”? Torres tece vínculos entre o passado e o presente do Brasil ou focaliza apenas o período colonial? Tais são as questões que orientam as reflexões que desenvolvemos a seguir.

## 2. Resgate do herói canibal

A leitura do breve capítulo inaugural (TORRES, 2000, p. 9-10) permite definir as bases do projeto literário e o pacto de leitura apresentados por intermédio do narrador, cujo discurso se propõe a reabilitar Cunhambebe em sua condição de protagonista (“um vencedor”, “um herói cuja memória perdeu-se”) da história de resistência à ocupação do Brasil (“[...] nos anos 500, no século das grandes navegações – e dos grandes índios”).

Desde o *incipit* (“Era uma vez um índio”), a fronteira entre discurso literário e discurso histórico é problematizada, efeito corroborado pela

utilização dos vocábulos “lendas”, “fábulas”, “legenda”, “história” e “história oficial” no espaço de poucas linhas. O narrador lembra que o extermínio dos ameríndios acarretou o silenciamento de sua cultura, veiculada oralmente, e sublinha a parcialidade e a desmesura das narrativas dos colonizadores: “Se sabemos alguma coisa a respeito deles, é graças aos relatos daqueles mesmos brancos, quase sempre delirantes, pautados pelo exagero e eivados de suspeição [...]”. Se o próprio discurso historiográfico é pouco objetivo, o discurso do narrador vai ainda mais longe, inscrevendo-se voluntariamente na articulação entre realidade e ficção. Embora alegue se apoiar em textos oficiais, o narrador adverte que deles faz uma interpretação crítica e livre, imbuída de seu próprio imaginário, fruto da miscigenação:

[...] um desvario tresloucado de que não está imune o narrador que vos fala (herdeiro do sangue e das fábulas de uns e outros), ao recorrer às fontes de antanho, os alfarrábios de um romantismo tardio, para postar-se, de peito aberto, como um extemporâneo neo-romântico exposto às flechadas da história oficial, essa velha dama mui digna, aqui sujeita aos retoques da nossa indignação. Há algo de lúdico nesta expedição, porém. O simples prazer de acrescentar alguns pontos a outros contos já contados (TORRES, 2000, p. 9).

Ao longo do romance, laivos românticos são mesclados à ironia e ao deboche que lembram o tom de certas obras do modernismo. O narrador refere-se aos colonizadores europeus (sejam eles portugueses, franceses ou holandeses) de modo mordaz, preferindo, ao abordar os indígenas, certa glorificação que, habilmente dosada, alcança um efeito humorístico certo.

O preenchimento das lacunas da memória oficial por meio do resgate literário de Cunhambebe realiza-se por intermédio da canibalização de discursos históricos e literários, em uma alusão evidente à herança antropofágica deixada pelo movimento modernista brasileiro, proposta reivindicada desde o próprio título do romance, **Meu querido canibal** (cf. RASSIER, 2012).

Nessa perspectiva de (des)construção contínua, cabe atentarmos aos recursos de que Antônio Torres lança mão ao elaborar seus personagens (TORRES, 2007). Observamos que, no segundo capítulo, consagrado à apresentação de Cunhambebe, o narrador assume um tom enaltecedor que dialoga com a estética do romantismo, subvertendo-a:

O índio se chamava Cunhambebe. [...] Não o imagine apenas um edênico bom selvagem - e nu, ainda por cima, sem nada a lhe cobrir as vergonhas etc. - ,

senhor das selvas e das águas, da caça e da pesca, a viver na era da pedra lascada, em paz com os homens e a natureza; um ser contemplativo debaixo de milhões de estrelas, e a mirar o céu para adivinhar sinais de tempestade (TORRES, 2000, p. 11).

A ênfase recai a seguir sobre a bravura e o canibalismo do chefe tupinambá. Evocada sob sua forma ritualística, a antropofagia implica um código de honra, atenuando o caráter “bárbaro” que pode assumir aos olhos do leitor “civilizado”. A sua superioridade face a outros indígenas acrescenta-se, no terceiro capítulo, o êxito de seu combate aos portugueses, apesar de sua nítida desvantagem face ao poderio militar lusitano. O narrador encerra o retrato do herói sublinhando o respeito e o temor que Cunhambebe inspirava aos invasores brancos.

Em um segundo momento, o narrador interessa-se pelas referências ao guerreiro tupinambá encontradas em textos históricos. Graças ao frade francês André Thevet, Cunhambebe tornou-se famoso em terras europeias, como um “grande rei selvagem, o mais temido de todo o país, [...] homem com grandes brilhos de virtude ocultos por trás de sua enorme brutalidade” (Torres, 2000: 25), tendo sua estampa incluída em **Les vrais portraits et vies des hommes illustres** (1584). A reprodução dessa ilustração abre o romance de Torres, constituindo uma falsa folha de rosto e intensificando o entrelaçamento de ficção e realidade. A esse respeito, vale lembrar que, na época de Thevet, os indígenas eram retratados por artistas que nunca os haviam visto e os representavam a partir de relatos alheios, enquadrando suas imagens em moldes característicos da Antiguidade ocidental. Por outro lado, o romance denuncia que o espaço reservado a Cunhambebe pela historiografia é mínimo, não mais que “escassas linhas ou notas de pé de página” (TORRES, 2000: 38), sendo nitidamente pejorativa a perspectiva sob a qual é mostrado, como ilustra a citação que o narrador retranscreve entre aspas, retirada de suas “leituras canibalizadas”, listadas em nota ao final do romance:

Este índio foi o tipo do selvagem na sua expressão mais repelente. Tinha ele uma força e uma estatura e uma corpulência de Cíclope, uma coragem de bruto obcecado, uma dureza e ferocidade de monstro. Em outras condições, daria um Átila, talvez ainda mais devastador. Desvanecia-se de abalar a terra com o seu tropel. Nunca perdoou a um português (TORRES, 2000, p. 38).

Já nos capítulos 10 e 11 (TORRES, 2000, p. 41-47), o discurso do narrador acrescenta elementos aos fatos já contados – conforme anunciara

nas primeiras linhas da narrativa –, utilizando expressões que remetem à versão supostamente verídica veiculada pelo discurso historiográfico (“fiquemos com a versão oficial”, “o certo é que [...]”), ao mesmo tempo em que o parodia, criando diálogos entre tupinambás e seus prisioneiros, ou ainda entre Cunhambebe e o alemão Hans Staden. Esses diálogos, em que o canibalismo ocupa lugar de destaque, evidenciam uma nítida oposição entre a atitude dos guerreiros indígenas perdedores (“A carne dos vencidos tinha o sabor da coragem”) e o comportamento do europeu (“O alemão vivia rezando e choramingando e se borrando de medo”).

As referências à atuação de Cunhambebe enquanto primeiro líder (entre 1554 e 1555) da Confederação dos Tamoios encontram-se nos capítulos 13 a 15 (TORRES, 2000, p. 51-58). Inspirador de medo e respeito, com uma “voz medonha que ecoava como um terremoto”, a invencibilidade do guerreiro é atribuída a seu talento de estrategista, já frisado pelo narrador. Sua retidão também é enfatizada (“Todos sabiam que quando Cunhambebe firmava um pacto, jamais deixava de cumpri-lo. Cabeça dura, sim. Mas homem de palavra”).

No capítulo 12, o narrador descreve aspectos menos gloriosos de Cunhambebe, sem no entanto deixar de relativizá-los através da crítica sutil, mas severa, que faz aos europeus cristãos, aos olhos dos quais o heroico tupinambá seria culpado dos pecados de ira, soberba, luxúria e gula: esses mesmos cristãos teriam intencionalmente provocado sua morte, consequência de uma epidemia (“A velha história das roupas e panos impregnados de vírus [...]”).

A terceira parte do romance (TORRES, 2000, p. 115-183), ambientada no ano 2000, trata da viagem do personagem-narrador à região onde Cunhambebe viveu, Angra dos Reis, em busca de vestígios da história do grande guerreiro na memória dos habitantes e das instituições oficiais. O resultado dessa investigação é flagrante. Apesar de seu nome estar associado a uma loja de material de construção, a uma escola, a uma rua, a uma ilha e a um distrito, pouco resta daquele que foi um dos primeiros heróis brasileiros. Embora o diretor do Patrimônio Histórico de Angra dos Reis se interesse pela historiografia e pelas homenagens dos alunos ao patrono da escola, e embora institua o Dia do Patrimônio como data comemorativa dos feitos de Cunhambebe, tais esforços se revelam vãos face ao esquecimento em que caiu o líder tupinambá. Efetivamente, o personagem-narrador constata que os cidadãos sabem vagamente que Cunhambebe foi um indígena, ou o identificam pejorativamente como um canibal, ou simplesmente o desconhecem. No âmbito institucional, a situação é similar. Na escola que

leva seu nome, o quadro que recapitula seu percurso contém informações errôneas:

Em seu gabinete atulhado de pastas e livros, dona Salvadora tira um quadro da parede. Há nele um texto datilografado, protegido por um vidro. Embora a intenção desse texto seja a de exaltar a figura de Cunhambebe, o que se lê é uma mistura de alhos com bugalhos. [...] Eta samba dos historiadores doidos, você pensa, exasperado.” (TORRES, 2000, p. 174).

Os únicos interlocutores que possuem informações sobre a importância do papel desempenhado por Cunhambebe na história do Brasil são o jovem cacique guarani e o diretor do Patrimônio Histórico, o que dá um pouco de alento à exasperação do personagem-narrador:

– Dêlcio, o que é que Cunhambebe significa para você?

Ele responde de bate-pronto, sem titubear:

– A resistência.

Bom, nem toda a história está perdida, você pensa.” (TORRES, 2000, p. 172; 159).

Mas não é apenas através de Cunhambebe que o narrador de **Meu querido canibal** (re)pensa a História.

### 3. Vencedores nada heróicos

Procedendo a “retoques” na historiografia, motivados pela indignação à qual alude no capítulo inaugural, o narrador (des)constrói um bajulado personagem que, contrariamente a Cunhambebe, permanece bastante vivo na memória dos brasileiros. Trata-se de José de Anchieta, que é descrito em **Meu querido canibal** como um exemplo emblemático da cupidez, da desumanidade e da traição que caracterizaria os invasores portugueses.

A (des)construção desse personagem é feita por meio de menções esparsas ao longo da primeira parte do romance (TORRES, 2000, p. 07-95), cujo impacto é no entanto intensificado graças a sua recorrência. Assim, o “Apóstolo do Brasil” é descrito como um “estranho padre”, um “sacerdote-soldado”, com “uma cruz numa mão e uma espada na outra”, defensor ferrenho das chamadas “guerras justas”. Apresentado como um lobo em pele de cordeiro, o talento retórico e a capacidade de persuasão desse “ladino” são destacados. No período em que permaneceu como refém dos indígenas, Anchieta teria sabido se tornar útil,

conquistando a simpatia de muitos, temendo apenas Aimberê – chefe da Confederação dos Tamoios após a morte de Cunhambebe –, o único a acertadamente desconfiar das promessas do jesuíta quanto ao cumprimento dos acordos feitos por parte dos portugueses, cujo respeito à palavra dada se revelaria um engodo. Não só eles traem os indígenas, como Anchieta revela um segredo ouvido em confissão para evitar um ataque surpresa à propriedade de João Ramalho, português próspero e sem escrúpulos.

Além de José de Anchieta, outros personagens presentes nas páginas da historiografia oficial são objeto de comentários do narrador. Dentre os portugueses, Mem de Sá e Estácio de Sá, vencedores da Confederação dos Tamoios, são evocados algumas vezes ao longo da narrativa. O governador-geral do Brasil é apontado como aquele que contribuiu de modo fundamental para a derrota dos indígenas, contra os quais seu sobrinho se mostrava impotente: “Foi aí que veio Estácio de Sá. Chegou, lutou e venceu. Mas os tamoios não se deram por vencidos. Dois anos depois, viria Mem de Sá com todo um poder de fogo ainda maior. O resto é o que se sabe” (TORRES, 2000, p. 94). O caráter analéptico dessa última frase remete a dois trechos. O primeiro deles reconstitui a intervenção do jesuíta, cuja duplicidade é sublinhada – “Quem convenceu Mem de Sá a liquidar os tamoios de uma vez por todas foi o jesuíta José de Anchieta, o que tinha por missão a evangelização e a pacificação dos índios”. O segundo trecho traz a descrição do “aparato protetor” do experiente governador-geral:

Foi assim (presumivelmente): A esquadra de Mem de Sá chegou à baía de Guanabara no dia 18 de janeiro de 1567. Compunha-se de três galeões vindos de Lisboa, sob o comando de Cristóvão de Barros, dois navios de guerra muito bem armados e seis caravelões. Com mais os navios de Estácio de Sá, essa esquadra constituía uma força à qual os nativos dificilmente poderiam resistir (TORRES, 2000, p. 59-61).

Tanto a ironia empregada na primeira citação para desmascarar a dissociação entre a implicação de Anchieta na guerra quanto a dúvida semeada no segundo trecho pelo advérbio que acaba com o caráter peremptório da expressão “foi assim” são exemplos de como o narrador desconstrói o discurso oficial. Outro recurso utilizado são trechos designados como “notas de rodapé”, nos quais heróis “oficiais” são relegados a um espaço “marginal” semelhante ao que a historiografia concede a Cunhambebe. Tomemos como exemplo a introdução à página consagrada a outro português: “Rodapé [...]. Ou: parágrafo para

algumas considerações sobre João Ramalho, um personagem típico do conquistador nos primórdios da colonização do Brasil”. Contrastando com a admiração suscitada por esse “português impressionante” cuja “fama chegava a Portugal como a de um herói da raça”, são denunciadas sua ambição, sua falta de escrúpulos e a prosperidade que obteve através do tráfico de escravos guaianeses e carijós para a Europa e através dos inúmeros filhos que teve com mulheres indígenas, os quais transformou na mão-de-obra de que necessitava. O trecho sobre João Ramalho encerra-se precisamente com um comentário que enfatiza a discrepância entre, por um lado, seus valores morais e sua conduta e, por outro, o reconhecimento oficial de que beneficia: “E virou nome de rua em São Paulo e pelo Brasil afora” (TORRES, 2000, p. 66-67).

Essa mesma crítica fundamenta a abordagem de outro personagem, o indígena Araribóia, chefe dos temimós escravizados no Estado do Espírito Santo, valiosíssimo aliado cujo auxílio na derrota dos tamoiós lhe valeu recompensas materiais e prestígio social:

O rei de Portugal agraciou-o com o hábito de Cristo, a primeira condecoração concedida a um brasileiro. E fez mais: nomeou-o capitão-mor de sua aldeia. Ganhou também uma sesmaria, e uma pensão anual de 12 mil réis. [...] Araribóia foi contemplado com uma imensidão de terra, na qual hoje se assenta a cidade de Niterói. E ganhou novo nome, passando a se chamar Martim Afonso, e a vestir-se não mais como um índio, mas como um branco, com roupas trazidas de Lisboa (TORRES, 2000, p. 37; 58).

No entanto, em um adendo que identifica como outro “rodapé” da história, o narrador explicita que a integração do chefe indígena à sociedade portuguesa foi bastante relativa: Araribóia, ao ser recebido pelo governador, fora duramente recriminado por cruzar as pernas ao sentar-se diante de um representante da realeza. O narrador conclui o episódio com o seguinte comentário:

No caminho de volta, Araribóia poderia ter refletido sobre o abismo que os separava. Depois de toda a sua dedicação aos colonizadores, de todo o suor e sangue derramado por eles, e de também poder ser considerado um vencedor, como eles o eram, e com o seu apoio, sim, depois do tanto que fizera por eles, e de haver passado a ter um nome como os deles e a vestir-se como eles, tudo continuava como dantes: índio era índio, branco era branco. (TORRES, 2000, p. 60)

E complementa, ironicamente, parodiando a célebre frase de Machado de Assis: “Ao vencedor, a estátua” (TORRES, 2000, p. 60) – em uma alusão ao monumento erigido na entrada da cidade de Niterói. Aliás, na primeira menção que fizera à suposta glória de Araribóia, a validade de tais marcos da memória oficial já fora claramente anulada (“[...] estátua só serve mesmo para enfeitar praça e aparar titica de passarinho” – Torres, 2000, p. 37). Aprofundando ainda mais a relativização da historiografia oficial, o narrador traz à tona o ponto de vista dos vencidos, ao lembrar que “[...] o estatuado Araribóia [...] morreu com fama de herói dos brancos e traidor dos índios” (TORRES, 2000, p. 38). Na terceira parte do romance, que narra a viagem do personagem-narrador a Angra dos Reis ao final do século XX em busca de informações sobre Cunhambebe, ele habilmente sugere que os marcos históricos relativos a personagens pouco honrados podem, se devidamente interpretados, evitar que os abusos do passado caiam no esquecimento:

[...] esta rua era sombreada por palmeiras que lhe davam o nome e que um prefeito maluco mandou [derrubar]. Hoje, pensa-se que a homenagem não deixa de ser uma vingança. Espera-se que assim ninguém esqueça a ação predatória do insano administrador público (TORRES, 2000, p. 161).

É principalmente nessa terceira parte que são tecidos vínculos entre o passado e a época contemporânea. Ao seguir as “trilhas” de Cunhambebe, o personagem-narrador conversa com os caciques de uma comunidade guarani, interessando-se tanto pelo que sabem sobre o guerreiro tupinambá quanto pelas dificuldades enfrentadas pelas comunidades indígenas no Brasil de hoje. Se, por um lado, apenas as grandes linhas do percurso de Cunhambebe permanecem na memória de poucos indivíduos, por outro lado manifesta-se uma nítida consciência do contraste que se verifica entre o respeito dos indígenas e o desrespeito dos “brancos” à palavra dada e às promessas feitas, característica que permaneceria inalterada desde os tempos da colônia:

- No tempo dos tupinambás, Cunhambebe chamava os portugueses de ferozes, mentirosos, traidores e covardes. E vocês, como veem os brancos, hoje?  
- Até hoje na memória indígena vem essa coisa, porque os brancos têm muita conversa e muita burocracia pra enrolar os outros. Toda nação com que você conversar vai dizer isso. Nós índios não temos nada disso. Se o líder diz que vai fazer alguma coisa, ele faz e pronto. Nosso costume é esse. É uma tradição. (TORRES, 2000, p. 172-173).

Para além dos problemas com promessas jamais cumpridas por parte das entidades oficiais, na conversa entre o personagem-narrador e o jovem cacique guarani, fica patente que também a demarcação dos territórios que lhes pertencem representa a luta atual das comunidades indígenas: “vivem agora uma outra guerra: a dos gabinetes governamentais, onde tentam garantir seus usos e costumes, a sobrevivência e, naturalmente, a preservação da espécie” (TORRES, 2000, p. 173). A preservação de seus próprios costumes sem a rejeição dos recursos necessários à interação com os “brancos” exige que os indígenas estabeleçam um sutil equilíbrio entre tradição e modernidade, evitando tanto o ostracismo quanto a assimilação.

#### 4. Conclusão

Ao canibalizar o discurso historiográfico, Antônio Torres não só desmitifica heróis oficiais mas também coloca em primeiro plano o temível guerreiro tupinambá Cunhambebe, retirando-o das “notas de rodapé” às quais o relega o discurso construído pelos vencedores. Seu romance também denuncia fatos que o estereótipo do “canibal”, incessantemente repetido, pode ocultar, dentre os quais a violência do embate entre invasores europeus e indígenas. Violência que persistiu na repressão a insurreições populares como o Quilombo de Palmares, Canudos ou ainda o Contestado, como demonstra Oliven em sua obra pioneira (1988). Além desse silenciamento operado pela historiografia, Torres denuncia as dificuldades enfrentadas pelos indígenas contemporâneos, abordando em **Meu querido canibal** os dois aspectos da injustiça apontados por Nancy Fraser (1997) em seu estudo sobre os segmentos marginalizados da sociedade: a opressão econômica e a falta de reconhecimento das expressões culturais. Fica portanto claro que o combate à “colonização do imaginário” (GRUZINSKI, 1988) empreendido por Antônio Torres ultrapassa as fronteiras do literário e vai muito além da época e do caso específico de Cunhambebe.

#### Referências

- Da MATTA, Roberto. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.
- DALCASTAGNÈ, Regina. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*. N. 31, Brasília, janeiro/junho de 2008, p. 87-110.
- FRASER, Nancy. *Justice interruptus: critical reflections on the “postsocialist” condition*. New York: Routledge, 1997.

- GRUZINSKI, Serge. *La colonisation de l'imaginaire*. Paris: Gallimard, 1988.
- OLIVEN, Rubens George. *Violência e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- RASSIER, Luciana Wrege. Réécriture et cannibalisation de l'Histoire par la littérature dans l'œuvre du Brésilien Antônio Torres. In MARTINIERE, Guy ; MONTEIRO, Eric (org.). *Les échanges culturels : nouvel enjeu des relations internationales entre les Amériques et la France*. Paris: Les Indes Savantes, 2012. No prelo.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*. N. 32, Brasília, julho/dezembro de 2008, p. 127-141.
- SELJAN, Zora. O romancista Antônio Torres e a conquista de uma linguagem. *Jornal de Letras*. N. 91, Rio de Janeiro, março de 2006. Disponível em: <<http://www.antoniotorres.com.br/entrevista10.html>> Acesso em 09 ago. 2011.
- TORRES, Antônio. Como se constrói um personagem. *Rascunho*, N. 87, Curitiba, julho de 2007, p. 04-05.
- TORRES, Antônio. *Meu querido canibal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

